



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1 Aquisição de extintores de incêndios novos e contratação de empresa especializada em recarga de extintores, teste de casco e de mangueira hidrostática para o IFC *Campus* Videira .

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1 CONSIDERANDO A OBRIGAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE DE GARANTIR A SEGURANÇA DOS SERVIDORES E PRESERVAR O PATRIMÔNIO DESTA AUTARQUIA, O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO AQUI DESCRITO É ESSENCIAL, POIS OBJETIVA MANTER OS EQUIPAMENTOS EM PERFEITO ESTADO DE UTILIZAÇÃO, APTOS A SEREM UTILIZADOS NO COMBATE AO PRINCÍPIO DE INCÊNDIO, DE MANEIRA EFICAZ E SEGURA. ASSIM, HÁ A NECESSIDADE DE OS EXTINTORES DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS ESTAREM SEMPRE EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, O QUE EXIGE MANUTENÇÃO ORDINÁRIA ANUAL E EXTRAORDINÁRIA QUANDO DE AVARIAS A QUALQUER TEMPO, ALÉM DAS RECARGAS, INSPEÇÕES E TESTES HIDROSTÁTICOS PERIÓDICOS. COMO JUSTIFICATIVA DO PEDIDO, INFORMAMOS QUE ESTES SERVIÇOS E AQUISIÇÕES SÃO OBRIGATÓRIOS SEGUNDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA Nº 237 DE 03 DE OUTUBRO DE 2000 DO INMETRO, NBR 12962 DE 30/03/1998, LEI ESTADUAL Nº 16.157 DE 07/11/2013, A LEI 13.425 DE 30 DE MARÇO DE 2017 - ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E A DESASTRES EM ESTABELECIMENTOS, EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE REUNIÃO DE PÚBLICO (LEI KISS), E AINDA OBJETIVANDO ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA OBTENÇÃO DO ATESTADO DE REGULARIDADE.

**3. DA VINCULAÇÃO**

3.1 Este Termo de Referência guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 8.666/93, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, à Dispensa nº 03/2019, à Proposta de Preços da CONTRATADA, ao Contrato (se houver necessidade de contrato), à Nota de Empenho e demais documentos que compõem o Processo nº 23352.000670/2019-50 que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

**4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

4.1 Aquisição de extintores de incêndios novos e contratação de empresa especializada em recarga de extintores, teste de casco e de mangueira hidrostática para o IFC *Campus* Videira, conforme descrito no quadro a seguir:

Item	Descrição	Un	Qtd
1	EXTINTOR DE INCÊNDIO NOVO, CARGA PÓ QUÍMICO SECO (PQS) – 06 KG, APARELHO DE ACIONAMENTO MANUAL, CONSTITUÍDO DE RECIPIENTE E ACESSÓRIOS CONTENDO O AGENTE EXTINTOR DESTINADO A COMBATER PRINCÍPIOS DE INCÊNDIO CLASSES ABC. CAPACIDADE EXTINTORA 3-A 20-BC. TESTE HIDROSTÁTICO COM VALIDADE DE 5 ANOS. CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 15808 E COM CERTIFICAÇÃO INMETRO.	8	Un
2	RECARGA COM MANUTENÇÃO (2º E 3º NÍVEL) COM TROCA DE ALÇA, GATILHO, MOLA DE AÇO/CARBONO, VÁLVULA PLÁSTICA, BUCHA, TUBO SIFÃO, HASTE, VEDAÇÕES, PINTURA COM RECUPERAÇÃO DO EXTINTOR EM GERAL E TESTE HIDROSTÁTICO P/ EXTINTOR DE INCÊNDIO DE GÁS CARBÔNICO (CO <sub>2</sub> ), CAPACIDADE 06KG CLASSE B E C. CONFORME LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR. VALIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO.	4	Serviço
3	RECARGA COM MANUTENÇÃO (2º E 3º NÍVEL) COM TROCA DE ALÇA, GATILHO, MOLA DE AÇO/CARBONO, VÁLVULA PLÁSTICA, BUCHA, TUBO SIFÃO, HASTE, VEDAÇÕES, PINTURA COM	22	Serviço



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

	RECUPERAÇÃO DO EXTINTOR EM GERAL E TESTE HIDROSTÁTICO P/ EXTINTOR DE INCÊNDIO DE PÓ QUÍMICO (PQS), CAPACIDADE 04KG, CLASSE B E C. CONFORME LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR. VALIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO.		
4	TESTE HIDROSTÁTICO EM MANGUEIRA DE COMBATE A INCÊNDIO CONFORME NBR 12.779/2009. DEVERÁ SER FORNECIDO LAUDO COM OS ITENS DE VERIFICAÇÃO JUNTAMENTE COM ART(ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) COM O NÚMERO DO CREA DO RESPONSÁVEL.	23	Serviço

**4.2** A entrega deverá ser imediata.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1** Designar servidor responsável para proceder à avaliação do objeto fornecido;

**5.2** Rejeitar o objeto contratado, caso não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes deste Termo de Referência/Projeto Básico Resumido;

**5.3** Emitir previamente a nota de empenho para atender o objeto contratado;

**5.4** Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido pela lei;

**5.5** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por Representante da Administração, especificamente designado, que atestará as Notas Fiscais para fins de pagamento, comprovado o fornecimento/prestação de forma correta;

**5.6** Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto contratado, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**5.7** Permitir aos funcionários da Contratada o livre acesso às suas dependências, de modo a viabilizar o fornecimento/prestação durante o horário de expediente.

**5.8** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1** Fornecer o objeto de acordo com as especificações solicitadas.

**6.2** Substituir imediatamente, sem ônus para o Instituto Federal Catarinense, qualquer objeto rejeitado por não se encontrar em perfeitas condições de utilização, segundo verificação do Fiscal de Contrato;

**6.3** Responder por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do objeto;

**6.4** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto/entrega do objeto, sem prévia anuência do Instituto Federal Catarinense;

**6.5** Fornecer o objeto contratado de forma plena e ininterrupta, durante a duração do contrato.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

---

## 7. DOS PREÇOS

7.1 O custo estimado da presente aquisição é de **R\$ 2.414,00 (Dois mil, quatrocentos e quatorze reais)**, conforme a proposta mais vantajosa coletada através de pesquisa de mercado, anexada nos autos do processo.

## 8. DO PAGAMENTO

8.1 O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal ou fatura.

8.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 17.600,00 (Dezessete reais e seiscentos reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.2 A emissão da nota fiscal fica condicionada ao ateste de recebimento definitivo dos serviços prestados pelo Gestor de Contratos, conforme Art. 49 e 50 da Instrução Normativa nº 05/2017/MPDG.

8.1.3 A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada na forma eletrônica consoante protocolo de ICMS nº 85 de 09 de Julho de 2010.

8.1.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.2 Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.4 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, da seguinte forma:

8.4.1 O valor do contrato será depositado na conta-corrente, agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

8.5 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

---

**8.6** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**8.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM = Encargos moratórios**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento**

**VP = Valor a ser pago**

**I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:**

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

## **9. DA FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA**

**9.1** Conforme o Art. 62 da Lei 8666/93, é facultativo a Administração substituir o instrumento de contrato por outros instrumentos hábeis, tal como a nota de empenho de despesa, a qual será enviada por e-mail junto com todas as informações necessárias para o fornecedor, caso seja esta a escolha da gestão.

## **10. DA COTAÇÃO DE PREÇOS**

**10.1** O preço a ser praticado consta na proposta comercial encaminhada pela empresa vencedora, bem como no mapa de formação de preços nos autos do processo.

## **11. DO(S) LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO E PRAZO DE ENTREGA**

**11.1** Os itens deverão ser entregues no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira, Rodovia SC 135 KM 125, Bairro Campo Experimental, Cidade de Videira/SC, fone (49)35334900.

## **12. DA GARANTIAS E DAS PENALIDADES**

**12.1** À CONTRATADA, pelo descumprimento das obrigações assumidas ou pela infringência de preceitos legais, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, segundo a gravidade da falta cometida, assim considerada pela Administração, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

**12.1.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**12.1.2** Multa.

**12.1.2.1** Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite de 3 (trinta) dias, observadas as disposições do art. 412 do Código Civil.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

---

**12.1.2.2** Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida podendo ser cumulada com a multa prevista no subitem 12.1.2.1.

**12.1.3** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993 e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.

**12.1.4** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração observado o princípio da proporcionalidade.

**12.1.5** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União ou deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**12.1.6** Caso a Contratante determine a multa, deverá esta ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Instituto Federal Catarinense.

**12.1.7** As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### 13. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

**13.1** Os itens deverão ser recebidos da seguinte forma:

**13.1.1 Provisoriamente**, pelo **Setor de Almoxarifado**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, para posterior verificação da conformidade dos itens com as especificações exigidas.

**13.1.2 Definitivamente**, pelo **responsável designado**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade qualitativa e quantitativa dos itens e documentação.

**13.2** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Termo de Referência, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa, e ainda, notificando-a a efetuar o fornecimento do objeto em questão no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que todas as despesas tais como: frete, impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrente, ocorrerão por conta da empresa adjudicatária.

**13.3** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

---

#### 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**14.1** As despesas decorrentes da execução do objeto da presente avença correrão, no exercício de 2019, à conta do Orçamento Geral da União, PTRES: 108785, PI: L20RLP0100N, Natureza da Despesa: 33.90.30 – 33.90.39, Fonte: 8100000000, UG: 158379

#### 15. DA RESCISÃO

**15.1** O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência assegurará aos contraentes, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo, por rescisão, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto no item 6, mantendo-se as sanções aplicadas anteriormente.

**ROSÂNGELA AGUIAR ADAM**  
*Diretora Geral do IFC Campus Videira*  
**Portaria 289/2016 DOU de 27/01/2016**